

TRABALHO COLABORATIVO EM EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR COMO ESTRATÉGIA PARA INCLUSÃO DE ALUNO COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA.

Fabianna Santana Moço

Secretaria Estadual de Educação – Espírito Santo

Resumo: Este trabalho apresenta um relato de experiência acerca de uma proposta de trabalho colaborativo entre uma professora de educação física e uma intérprete de Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS - de uma escola pública estadual de ensino fundamental no município de Muqui-ES, que teve o intuito de criar condições pedagógicas adequadas à inclusão de um aluno com deficiência auditiva nas aulas de Educação Física Escolar. Metodologicamente, a estruturação do trabalho deu-se pelo estabelecimento de parceria de trabalho, pela pesquisa, planejamento, elaboração e execução de práticas pedagógicas inclusivas e humanizadoras por meio de atividades para educação física escolar, com observação, registro e análise sobre participação do aluno com Deficiência Auditiva (D.A) durante as aulas de Educação Física, sob atuação/ orientação do intérprete de LIBRAS. Ao proporcionar a mediação da comunicação do educando com D.A, tendo a língua de sinais como requisito primordial no processo de ensino-aprendizagem, o intérprete de LIBRAS favorece a inclusão do aluno surdo nas aulas de educação física. Este tipo de trabalho também cria possibilidade de sucesso da educadora frente à difícil tarefa pedagógica inclusiva ao superar situações que não são capazes quando estão sozinhos, trabalhando de forma independente, sem as fundamentais mediações do intérprete de LIBRAS.

PALAVRAS CHAVES: Trabalho Colaborativo, Educação Física, Intérprete de Libras, Deficiência Auditiva.

Introdução:

Entendendo a escola como o espaço no qual se deve favorecer e garantir, a todos os cidadãos, de forma igualitária, o acesso a uma educação de qualidade, com produção de conhecimento e desenvolvimento de competências, independente da condição física, psicológica, social e econômica de seus educandos,

atendendo à especificidade de cada aluno é que construímos um espaço inclusivo. Assim, a Educação Física, integrada à proposta pedagógica da escola, componente curricular obrigatório da educação básica, também tem responsabilidade na criação de espaços inclusivos, optando por práticas heterogêneas e inclusivas, colocando-se à disposição do aluno.

A partir dos dispositivos legais¹, que garantem a oferta da educação especial, houve uma crescente no número de matrículas do público-alvo dessa modalidade de educação na escola comum cabendo à instituição garantir não somente o acesso, mas também a permanência desses alunos nela. Para tanto, à instituição cabe organizar-se para o atendimento, garantindo as condições para uma educação de qualidade para todos, devendo considerar as necessidades educacionais específicas, pautando-se em princípios éticos, políticos e estéticos.

Entretanto, a efetividade da educação inclusiva escolar, no que lhe concerne, não se efetua, somente, por leis, portarias, decretos, normas, etc. Há necessidade de adequação das instituições à nova realidade educacional: inclusão de pessoas com deficiência. Isso exige uma revisão de concepções e paradigmas, uma tomada de consciência do direito à igualdade, do respeito às diferenças e aplicação do princípio da equidade que “[...] *reconhece a diferença e a necessidade de haver condições diferenciadas para o processo educacional.*” (BRASIL, 2001, p.26).

Neste contexto, a educação física, integrada à proposta pedagógica da escola, não pode e nem deve excluir-se do processo de desenvolvimento de uma educação inclusiva. Para isso, as adaptações das atividades na educação física escolar, para o atendimento educacional de pessoas com deficiência, em particular deficiência auditiva, que respeitem as diferenças, que reconheçam as potencialidades, que façam uma integração social, enfim, que sejam inclusivas, requerem também a presença do profissional intérprete de LIBRAS que auxilie ao educando e também ao educador, que ora não tem uma qualificação profissional voltada para este tipo de situação.

Lacerda (2008,p.17), corrobora com esta posição ao afirmar que o intérprete “[...] *conhece bem os alunos surdos e a surdez e pode colaborar com o professor sugerindo atividades, indicando processos que foram mais complicados, trabalhando em parceria, visando a uma inclusão mais harmoniosa dos alunos surdos.*”. Assim, através da sua função, o intérprete de LIBRAS - um apoio humano específico, para minimizar as limitações e dificuldades impostas pela deficiência auditiva - pode favorecer as relações comunicativas,

¹ Constituição Federal de 1988; Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB 9394/96; Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica. Resolução CNE/CEB nº 2, de 11 de Setembro de 2001; Diretrizes Nacionais para Educação Básica. Resolução CNE/CEB nº 4, de 13 de julho de 2010.

pela mediação da comunicação entre deficientes auditivos e ouvintes, evitando prejuízo na execução das tarefas.

Lacerda (2010, p. 136-137) ainda afirma que o intérprete de LIBRAS “[...] *é ator fundamental na proposta de inclusão escolar bilíngue de sujeitos surdos ao lado dos professores ouvintes regentes de classe [...] para mediar o acesso aos conhecimentos para alunos surdos.[...]*”.

Dessa forma para o atendimento adequado ao aluno com D.A faz-se necessário a realização de um trabalho colaborativo entre os atores escolares, que se apoiam e se relacionam visando atingir objetivos comuns além de serem corresponsáveis pela condução das ações.

Machado e Almeida (2010) ressaltam que a prática inclusiva implica desafios consideráveis para o professor de classe comum e que por isso

Cada vez mais se tem trabalhado o princípio de que os professores não devem trabalhar sozinhos, mas em equipes que apresentem propostas, cujas funções tenham objetivos comuns para melhorar a escolarização de todos os alunos. Assim, o poder das equipes colaborativas encontra-se na capacidade para fundir habilidades únicas de educadores, para promover sentimentos de interdependência positiva, desenvolver habilidades criativas sobre resolução de problemas, promover apoio mútuo e compartilhar responsabilidades. (MACHADO E ALMEIDA, 2010, p.345)

Capellini (2004), ao verificar as implicações do ensino colaborativo na escola, a partir da parceria entre professor especialista da educação especial junto ao professor da classe comum em escola de ensino fundamental, afirma que

O ensino colaborativo é uma estratégia didática inclusiva em que o professor da classe comum e o professor, ou especialista planejam de forma colaborativa, procedimentos de ensino para ajudar no atendimento a estudantes com deficiência, em classes comuns, mediante um ajuste por parte dos professores. Nesse modelo, dois ou mais professores possuindo habilidades de trabalho distintas, juntam-se de forma coativa e coordenada, ou seja, em um trabalho sistematizado, com funções previamente definidas para ensinar grupos heterogêneos, tanto em questões acadêmicas quanto em questões comportamentais em cenários inclusivos. Ambos compartilham a responsabilidade de planejar e de implementar o ensino e a disciplina da sala de aula (CAPELLINI, 2004, p. 8).

A partir da dificuldade de estabelecer uma prática docente inclusiva, de acreditar que a Educação Especial é uma das grandes preocupações entre os docentes, da necessidade de reconhecimento, aceitação, respeito à diversidade, superação de estereótipos e preconceitos, da identificação com a perspectiva de Machado e

Almeida (2010) e Capellini (2004) e do anseio à inclusão do aluno com D.A buscou-se construir e implementar uma proposta de trabalho colaborativo que abrisse possibilidade, para o educando, de desenvolvimento e aquisição de novos conhecimentos e minimização da exclusão social através de pesquisa, planejamento, elaboração e execução de práticas pedagógicas inclusivas em educação física escolar; analisar as práticas pedagógicas de educação física escolar com inclusão do aluno com deficiência auditiva D.A para identificar dificuldades e possibilidades; verificar e refletir sobre a relevância do trabalho do colaborativo no desenvolvimento das aulas de educação física para um atendimento educacional especial ao aluno com D.A.

Neste sentido, o trabalho colaborativo emergiu do contexto da prática docente e dos desafios cotidianos do ambiente da escola pública, entre eles: a inclusão de aluno com deficiência auditiva. Numa sociedade com forte diversidade social e cultural, o trabalho visou possibilitar a efetiva inclusão de um aluno deficiente auditivo nas aulas de educação física, promover trocas de experiência e, conseqüentemente, de aprendizagens.

Os trabalhos de Zanata (2004) e Loiola (2005), explicitados no texto de Damiani (2008)

[...] indicam que o trabalho colaborativo entre docentes constitui-se em excelente espaço de aprendizagem, permitindo a identificação de suas forças, fraquezas, dúvidas e necessidades de reconstrução, a socialização de conhecimentos, a formação de identidade grupal e a transformação de suas práticas pedagógicas. (DAMIANI, 2008, p.220)

Engajar-se numa proposta de trabalho colaborativo para inclusão de aluno com deficiência auditiva é muito mais que estabelecer parcerias. Freitas (2011,p.43) destaca as implicações desse processo da seguinte maneira: *trata-se então, de mergulhar na educação em toda sua complexidade, em toda sua rica variedade, de conhecer o outro, desfazendo ideias preconcebidas e a discriminação impensada, e de ver a heterogeneidade como algo rico e valioso.*

O desenvolvimento de um trabalho colaborativo em educação física escolar com mediação do intérprete de Libras indicou um caminho favorável para inclusão do aluno com D.A na escola regular.

Procedimentos Metodológicos:

O passo inicial para o desenvolvimento do trabalho foi o estabelecimento de uma parceria entre profissionais da escola (uma professora de educação física e uma intérprete de LIBRAS) para construção de um trabalho colaborativo que visasse a inclusão, mais adequada possível, de um aluno com D.A nas aulas de educação física, que ocorreriam em duas sessões semanais durante todo o ano letivo de 2016. O trabalho deu continuidade no ano de 2017, acontecendo nos diferentes espaços escolares disponíveis à realização das aulas. Um trabalho desafiador, pois exigiu dos envolvidos uma atuação não mais individual, mas em colaboração, numa relação amigável onde cada um colabora de forma a enriquecer o trabalho, fomentando discussões e reflexões acerca da inclusão do aluno com D.A, compartilhando a responsabilidade de planejar e de implementar as atividades nas aulas de educação física.

O desenvolvimento do trabalho, seguiu-se de pesquisas, estudos, planejamentos e elaborações de atividades para educação física escolar com foco na inclusão de aluno com D.A durante os anos de 2016 e 2017.

Durante as sessões de aulas de educação física realizavam-se registros escritos, fotográficos e vídeos para auxiliar na análise do trabalho que ora se desenvolvia.

Os dados obtidos através das observações e registro escritos, fotográficos e vídeos sobre a participação do aluno com D.A nas aulas, com e sem a presença do Intérprete de LIBRAS, eram analisados ao final de cada trimestre letivo com intuito de verificar as possibilidades, as dificuldades e a necessidade de replanejamento.

As modificações necessárias e as sugestões eram introduzidas por meio dos planejamentos semanais em conjunto.

Discussão do Resultado:

A partir do trabalho colaborativo pôde-se verificar que a participação do aluno com D.A nas aulas de educação física se deram de maneira mais eficaz naquelas cuja parceria entre a professora de educação física e a intérprete de LIBRAS se fizeram presente. O aluno “pareceu ter” mais segurança com a presença do intérprete, que segundo Lacerda (2010),

[...] não é alguém passivo, um instrumento que verte de uma língua a outra, automaticamente, palavras. É um interlocutor ativo, que, buscando compreender os sentidos pretendidos pelo locutor, justamente por ter uma escuta plural, elege aqueles mais pertinentes e os verte para a língua-alvo. Trabalha

(83) 3322.3222

contato@ceduce.com.br

www.ceduce.com.br

ativamente na compreensão de sentidos em uma língua e na produção destes mesmos sentidos na outra.[...]. (LACERDA, 2010:147)

A relação de parceria entre a professora e intérprete objetivando um ensino de qualidade implicou o ganho de todos envolvidos no processo de ensino e aprendizagem: o aluno com D.A, os outros alunos que também são atores nesse processo e até mesmo as profissionais envolvidas, pois elas se sentiram motivadas e encorajadas a trabalhar e a dar sequência em seus trabalhos escolares rompendo os desafios impostos pela especificidade do aluno com D.A e por reavaliar cotidianamente sua prática pedagógica.

Um dos desafios que foram enfrentados neste projeto foi a manutenção do trabalho colaborativo entre os profissionais envolvidos devido à rotatividade deles no ambiente escolar e a necessidade de se ter certa afinidade para se ter uma relação saudável que garanta uma aprendizagem satisfatória de todos os alunos e não somente o aluno público-alvo da Educação Especial.

A proposta do ensino colaborativo tornou-se aliada na perspectiva da Educação Inclusiva ao propiciar oportunidades ao aluno público alvo da Educação Especial que ao ser incluído foi, “[...] tornando-se capaz de interagir com seus colegas e ser respeitado, a partir do pressuposto de que “todos são diferentes e devem respeitar a diferença do outro”. Somente desse modo será possível alcançar a real inclusão desse aluno público-alvo da Educação Especial nas escolas e classes comuns.” (SOUSA, SILVA, FANTACINI, 2016: pág.104-adaptado).

A profissional de educação física, através do trabalho colaborativo do intérprete, conseguiu se comunicar e transmitir as orientações para que o aluno realizasse, dentro de suas limitações, as atividades com os demais alunos. Entretanto, não fossem os obstáculos como poucos recursos materiais, problemas de infraestrutura e o fato do educando ainda não ter domínio dos sinais de linguagem em virtude de seu histórico social, familiar, e escolar que impedem mais sucesso na inclusão do indivíduo com D.A, o desenvolvimento das aulas de educação física adaptada poderia ter resultados mais significativos.

Dessa forma, os resultados indicaram que o trabalho colaborativo para a inclusão de aluno com deficiência auditiva nas aulas de educação física escolar foi uma forma promissora de conduzir o processo de inclusão escolar.

Conclusão:

As aulas de educação física no atendimento educacional a aluno com deficiência auditiva requereu a presença do profissional intérprete de LIBRAS, num trabalho colaborativo, auxiliando o educando e também o educador. Através da sua função, o intérprete de LIBRAS favoreceu as relações comunicativas, pela mediação da comunicação entre o deficiente auditivo e ouvintes, evitando prejuízo na execução das tarefas; otimizou a comunicação e integração social do sujeito deficiente auditivo.

Apesar de ainda ser incipiente a discussão sobre o papel e a atuação dos intérpretes na escola, o trabalho colaborativo, é favorecido com as mediações do intérprete de LIBRAS. Concordamos com a posição de Lacerda (2010), que afirma que os interpretes são fundamentais na inclusão do aluno deficiente auditivo nas aulas, neste caso, de educação física, tornando o aluno sujeito ativo no processo ensino-aprendizagem.

A partir do que foi exposto, pode-se pensar que o trabalho colaborativo entre professora regente e intérprete de LIBRAS fortaleceu a educação numa perspectiva inclusiva de alunos deficientes auditivos e criou possibilidades de sucesso dos profissionais frente à difícil tarefa pedagógica inclusiva ao superar situações que não são capazes quando estão sozinhos, trabalhando de forma independente, ao compartilhar certezas, dúvidas, responsabilidades, ao realizar trocas de experiências.

Damiani (2008, p. 225), complementa nossas perspectivas conclusivas ao ressaltar que *“O trabalho colaborativo possibilita, ..., o resgate de valores como o compartilhamento e a solidariedade – que se foram perdendo ao longo do caminho trilhado por nossa sociedade, extremamente competitiva e individualista”*.

Neste trabalho o ensino colaborativo enquanto estratégia de ensino para inclusão de aluno com deficiência auditiva, entre professora de educação física e interprete de LIBRAS mostrou-se eficaz já que a participação do aluno com D.A nas aulas de educação física se deram de maneira mais produtiva naquelas cuja parceria entre professora de educação física e intérprete de LIBRAS se fizeram presente .

O estudo aqui realizado é apenas um passo para novas contribuições, buscando fomentar discussões e novas reflexões para inclusão escolar de alunos com deficiência auditiva na educação física escolar.

Contudo, caminho a percorrer é longo e a construção de possibilidades nas quais a educação especial seja efetiva e eficaz ainda é um desafio.

Referências:

BRASIL, **Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica**/ Secretaria de Educação Especial – Brasília: MEC; SEESP, 2001.

BRASIL. **Decreto nº 5.626**, publicado no D.O. U. em 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000.

BRASIL, Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**./ Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Currículos e Educação Integral. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013. BRASIL, Ministério da Educação.

CAPELLINI, Vera Lúcia Messias Fialho Capellini; MENDES, Enicéia Gonçalves. **O Ensino Colaborativo favorecendo o desenvolvimento profissional para a inclusão escolar**. Revista Educere Et Educare. Vol. 2 nº 4 jul./dez. 2007 p. 113-128. UNIOESTE Campus de Cascavel.

CAPELLINI, V. L. M. F. **Possibilidades da colaboração entre professores do ensino comum e especial para o processo de inclusão escolar**. 2004. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2004.

CAPELLINI, Vera Lúcia Messias Fialho. Práticas educativas: ensino colaborativo. In: **Práticas em educação especial e inclusiva na área da deficiência mental**. CAPELLINI, Vera Lúcia Messias Fialho(org.). – Bauru : MEC/FC/SEE,2008..

DAMIANI, Magda Floriana. **Entendendo o trabalho colaborativo em educação e revelando seus benefícios**. Educar, Curitiba, n. 31, p. 213-230, 2008. Editora UFPR.

DAVID, Lilian; CAPELLINI, Vera Lúcia Messias Fialho. **O Ensino Colaborativo Como Facilitador da Inclusão da Criança com Deficiência na Educação Infantil**. Nuances: estudos sobre Educação, Presidente Prudente-SP, v. 25, n. 2, p. 189-209, maio/ago. 2014.

FREITAS, N. F. **Educação inclusiva e cidadania: aproximações e contradições**. Revista Eletrônica de Educação, V. 5, n. 1, p. 40 - 56, 2011

GONÇALVES MENDES, Eniceia; ALMEIDA, Maria Amélia; TOYODA, Cristina Yoshie. **Inclusão escolar pela via da colaboração entre educação especial e educação regular**. Educar em Revista, núm. 41, julho-septiembre, 2011, pp. 81-93. UFPR. Curitiba-PR. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=155021076006>. Acesso em 21/08/2017

LACERDA, C. B.F. **O Intérprete de Língua Brasileira de Sinais: investigando aspectos de sua atuação na educação infantil e no ensino**

fundamental. Fev.2008. Disponível Em: <http://docplayer.com.br/18245416-Cristina-b-f-de-lacerda.html>. Acesso em 06/05/2017

_____ **Tradutores e intérpretes de Língua Brasileira de Sinais:** formação e atuação nos espaços educacionais inclusivos de Educação | FaE/PPGE/UFPel | Pelotas [36]: 133 - 153, maio/agosto 2010.

_____ **Intérprete de Libras:** em atuação na educação infantil e no ensino fundamental. 5°. ed.Porto Alegre: Mediação, 2013.

MACHADO, Andréa Carla; ALMEIDA Maria Amélia. **Parceria no contexto escolar:** uma experiência de ensino colaborativo para educação inclusiva. Rev. Psicopedagogia 2010; Vol.27 . Edição: 84. Pág. 344-351 Disponível em: <http://www.revistapsicopedagogia.com.br/detalhes/189/parceria-no-contexto-escolar--uma-experiencia-de-ensinocolaborativo-para-educacao-inclusiva>. Acesso em 21/08/2017.

SOUSA, Daiane Roberta de; SILVA, Roberta Natália da; FANTACINI, Renata Andrea Fernandes. **Ensino colaborativo: benefícios e desafios.** Educação, Batatais, v. 6, n. 3, p. 91-105, jul./dez. 2016.